

Radiografia de um partido quebradiço: os primeiros anos do comunismo em Portugal, 1921-1926. Este artigo investiga os primeiros passos do Partido Comunista Português (PCP), desde a sua fundação em 1921 até ao golpe de 28 de Maio de 1926. Examina-se a evolução organizativa e ideológica do PCP, a sua relação com os republicanos e os anarcossindicalistas e o modo como foi influenciado por Moscovo, oferecendo uma radiografia do partido e do seu papel durante a crise da Primeira República. Utilizam-se fontes até agora desconhecidas dos arquivos da Internacional Comunista. Metodologicamente, o artigo tenta ultrapassar a dicotomia ortodoxia-heterodoxia que caracteriza grande parte da historiografia, adotando uma ótica comparativa e sensível ao contexto nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Comunismo; Primeira República; PCP; Internacional Comunista; Portugal; Carlos Rates.

Anatomy of a Fragile Party: The Early Years of Communism in Portugal, 1921–1926. This article examines the first steps of the Portuguese Communist Party (PCP), from its foundation in 1921 until the coup of May 28, 1926. It examines the PCP's organizational and ideological evolution, its relationship with the republicans and the anarcho-syndicalists and how it was influenced by Moscow, thus providing an in-depth vision of the party and its role during the crisis of the First Republic. It relies on new sources from the archives of the Communist International. Methodologically, the article attempts to overcome the orthodoxy-heterodoxy dichotomy that characterizes much of the historiography, adopting a comparative perspective that is sensitive to the national and international context.

KEYWORDS: Communism; First Republic; PCP; Communist International; Portugal; Carlos Rates.

Radiografia de um partido quebradiço: os primeiros anos do comunismo em Portugal, 1921-1926

O processo formativo e os primeiros passos do Partido Comunista Português (PCP) foram bastante complexos e apresentam várias peculiaridades. Em primeiro lugar, o PCP é o único Partido Comunista da Europa criado quase exclusivamente por antigos militantes anarquistas. Em segundo lugar, porque o PCP se tornaria gradualmente numa das mais importantes forças de oposição ao Estado Novo. Em terceiro lugar, porque o partido se formou numa das etapas mais turbulentas da história contemporânea de Portugal, durante a crise da Primeira República. Estas características fazem com que o estudo dos anos formativos do PCP seja particularmente frutífero em termos historiográficos, enriquecendo a nossa compreensão tanto sobre as origens do movimento comunista nacional e internacional, quanto sobre a queda da Primeira República. Não é de admirar, portanto, que a origem do PCP tenha atraído a atenção de várias gerações de investigadores.

O contributo mais recente nesta área é o livro de 2023 de Adelino Cunha, *Para Que Serve o PCP? Os Anos da Fundação*, que foi precedido por três artigos académicos sobre esta temática. A obra apresenta numerosos problemas, sobre os quais vale a pena debruçar-se porque refletem as limitações gerais da maior parte da historiografia. A obra de Cunha baseia-se numa base documental muito reduzida. O livro apoia-se em fontes secundárias e, sobretudo, em fontes primárias publicadas, geralmente obras de antigos militantes do partido surgidas após a queda do Estado Novo, como os escritos de Bento Gonçalves, Pires Jorge ou Álvaro Cunhal. Estas fontes foram publicadas meio século após a criação do PCP e nelas há uma tendência para justificar a percebida impotência do partido perante o auge da ditadura, assim como para salientar a importância das reorganizações de 1929 e 1940, nas quais se calejou a liderança que dirigiria o partido nas décadas seguintes. Um outro limite da obra de Cunha é a prática ausência de uma perspetiva comparativa, não havendo quase

referências à rica historiografia sobre o comunismo global. Subjaz também, na obra de Cunha, uma visão estática do “leninismo” e do “bolchevismo”, ignorando-se as enormes mutações que estes termos sofreram entre 1921 e 1940. Não só falta aqui contexto internacional, mas também nacional. Cunha quase não dedica atenção aos acontecimentos que abalaram a Primeira República e que moldaram a evolução do partido. Embora as conclusões do livro não sejam muito claras, o leitor fica com a visão teleológica de que o PCP originário arrastou durante muitos anos vestígios da ideologia anarquista dos seus fundadores, e que isso contribuiu para a sua impotência durante as convulsões da época e perante o auge e consolidação da ditadura. Só graças às reorganizações de 1929 e 1940 pôde o partido tornar-se verdadeiramente “leninista” e pôde, assim, jogar um papel político sério na luta contra o regime. Este é, de facto, o relato geral quer das memórias dos militantes que trataram os primeiros anos do partido nas suas memórias, quer de historiadores como José Pacheco Pereira (1971), João Quintela (1976), Carlos Cunha (1987) ou João Madeira (2013).

A abordagem da formação do PCP através da perspectiva da “confusão” e da “heterodoxia”, como uma longa viagem à Ítaca leninista, é bastante enganosa. Os partidos comunistas nasceram como consequência dos realinhamentos que abalaram o movimento operário mundial a partir do início da Primeira Guerra Mundial, e que foram aprofundados pela Revolução Russa em 1917. O pós-guerra foi uma fase de revisionismo e de redefinição para militantes anticapitalistas vindos de tradições diferentes, incluindo o socialismo, mas também o anarquismo. A conformação do movimento comunista com a argila destas correntes radicais foi gradual e envolveu um processo de lenta homogeneização ideológica. As “confusões” do PCP não eram peculiares na época e eram totalmente compreensíveis considerando as origens do partido. Portanto, iniciar o estudo do PCP primigénio através da ótica da “confusão” é redundante. Contrasta-se nestas obras o PCP inicial com uma ideia de partido “marxista-leninista” que só se cristalizou anos mais tarde. Em definitivo, tem-se escrito a história do PCP da frente para trás.

É muito mais útil estudar a formação do PCP nos seus próprios termos, analisando as mudanças que levaram à formação e à evolução da sua ideologia e organização no contexto do Portugal da época e das influências da Internacional Comunista. Mas isso exige um estudo metódico das fontes primárias. É significativo que o contributo mais rico para esta historiografia seja a tese de mestrado de um jovem investigador, André Pina (2018), sobre a Federação Maximalista Portuguesa, organização precursora do PCP em 1919-1921, e que aporta materiais valiosos sobre a pré-história do PCP que ajudam a compreender melhor a sua fundação em 1921. Muito crítico com a historiografia

precedente, Pina abandona a obsessão com o “confusionismo” dos primeiros militantes comunistas para situar a Federação Maximalista Portuguesa no contexto da época, tratando a sua “evolução ideológica segundo as interpretações dos próprios atores em jogo” (Pina, 2018, p. 18). Este artigo alinha com as sensibilidades metodológicas de Pina e começa onde acaba o seu relato, com a fundação do PCP em 1921.

Ainda pairam várias incógnitas sobre os primeiros passos do partido. Quão fraco era realmente o PCP em 1921-1926? Qual foi a sua relação com o anarquismo? Qual o seu papel nas turbulências que abalaram a República? Este artigo não pretende dar uma resposta definitiva a estas perguntas, mas antes oferecer uma radiografia geral do PCP nos seus primeiros anos. O artigo será acompanhado por uma outra peça sobre a interpretação do PCP sobre a crise da República e o ascenso do fascismo em Portugal. Metodologicamente, assinalam-se alguns caminhos que podem ajudar a renovar a historiografia sobre as origens do PCP: romper com a justaposição de “heterodoxia” e “ortodoxia”; abandonar a especulação e os juízos de valor para mergulhar nas fontes primárias; dar uma maior atenção ao contexto sociopolítico nacional e internacional; e procurar uma perspetiva comparativa apoiada na literatura sobre o comunismo global. Neste sentido, este artigo utiliza fontes novas dos arquivos da Internacional Comunista. Encontram-se reproduções de alguns destes documentos no Arquivo de História Social do ICS-ULisboa, enquanto a documentação completa está no Arquivo Russo de História Político-Social, em Moscovo. Ambos os arquivos foram consultados para a escrita deste artigo.

UM PARTIDO “HETERODOXO”?

A criação do PCP respondeu a estímulos externos e internos, que se entrecruzaram e reforçaram mutuamente. Foi a consequência do entusiasmo despertado pela Revolução Russa entre os militantes operários de Portugal, entusiasmo que, por sua vez, deve ser enquadrado no cansaço gerado pela Primeira Guerra Mundial e pela frustração de muitos trabalhadores com as forças políticas republicanas e conservadoras. Ao mesmo tempo, o modelo bolchevique do partido revolucionário e a sua via insurrecional para a tomada do poder ecoaram entre os sindicalistas portugueses numa fase de esgotamento da onda de greves que abalou o país em 1917-1920, e que salientou os limites das formas de luta estreitamente sindicais. Questionavam-se, portanto, dois pilares tradicionais do operariado português: a colaboração de classes e a tática da greve como principal arma de luta. Estes fatores inspiraram a formação, em Portugal, da Federação Maximalista Portuguesa, do Soviete de Propaganda Social, dos Concelhos Económicos da Confederação

Geral do Trabalho e, finalmente, culminariam nas conferências organizadas no Sindicato dos Caixeiros e na fundação formal do partido a 1 de março de 1921. Estas iniciativas foram impulsionadas principalmente por militantes vindos do anarquismo e também por alguns membros do Partido Socialista e da sua Juventude (Pina, 2018, pp. 74-142). Após alguns meses, o PCP superava um milhar de militantes, gabando-se de ter 2000 membros em finais de 1921 (Telo, 1980, vol. 2, p. 128).

A escassa formação marxista destas primeiras fornadas de militantes comunistas era bem conhecida, tanto em Portugal quanto em Moscovo. As bases do PCP definiam-no como uma organização “descentralizada e federalista”.¹ Em março de 1923, a facção crítica do PCP encabeçada por Caetano de Sousa apresentava a ideologia do partido como “um misto confuso de socialismo reformista e de anarcossindicalismo”.² Um ano mais tarde, o secretário-geral do partido admitia a “absoluta falta de preparação marxista” da militância.³ O seu responsável sindical, Augusto Machado, explicava a fraqueza do marxismo em Portugal num relatório enviado para Moscovo (em língua espanhola) em fins de 1924:

A la pereza del temperamento portugués júntase la influencia nefasta del anarquismo, que todo lo confía a la espontaneidad revolucionaria. [...] En Portugal militantes desconocen por completo el marxismo, que para ellos es el reformismo de los socialdemócratas. La única tendencia que ha desarrollado su literatura ha sido la anarquista, de la cual la mayor parte de las obras están publicadas en portugués.⁴

Alguns dos seus membros desafiavam abertamente a política do partido, afirmando-se anarquistas e até preconizando a luta armada. Por exemplo, num relatório em espanhol a Moscovo, onde se falava sobre um militante assassinado pela polícia, revelava-se:

Domingos Pereira, militante de la clase de los panaderos, estaba casi ciego; decíase comunista, estaba mismo [sic] filiado en el PCP, pero tenía mui [sic] poco de comunista. Sus

1 “Bases orgánicas provisórias”, *O Comunista*, 16 de outubro de 1921.

2 Rossiskii Gosudarstvennii Arhiv Sotsial’no-Politicheskoi Istorii (RGASPI, Moscovo), [fond] 495/ [opis’] 179/[delo] 2/ [listok] 3, “Conferência portuguesa de Militantes Comunistas”, março de 1923.

3 RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthétique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

4 Arquivo de História Social (AHS, Lisboa), Fundo da Internacional Comunista (IC), [caixa] 6/[maço] 111/[documento] 121, Machado à Internacional Sindical Vermelha (ISV), 20 de dezembro de 1924.

táticas de luta eran bien anarcosindicalistas, era un terrorista que había muchas veces criticado con amenazas nuestra acción de combate al terrorismo.⁵

Ainda em setembro de 1925, o PCP pedia ajuda à Internacional Comunista para defender um militante das Juventudes Comunistas que tinha sido detido, José de Melo, “quem sob a influência dos anarquistas cometeu assassinatos contrários aos princípios comunistas”.⁶

Os emissários da Internacional Comunista enviados a Portugal tiravam conclusões semelhantes. O funcionário suíço do *bureau* latino da Internacional, Jules Humbert-Droz (1971, p. 169), que fez duas viagens a Portugal em 1923, em agosto e em novembro, lamentava que naquela altura o partido, “formado na sua imensa maioria por camaradas vindos do anarcossindicalismo [...], ainda não tinha clareza doutrinária”. Um outro delegado que visitou Portugal em 1925, H. Dupuy (provavelmente um pseudónimo), denunciou, de forma mais efusiva, os “preconceitos sindicalistas” da militância comunista, incluindo da direção do partido. O motivo desta insuficiência ideológica era, a seu ver, o ambiente anarquizante do movimento operário português, durante muito tempo dominado pelos libertários:

Em Portugal não existe um único livro comunista, nem mesmo o Manifesto de Marx e Engels, exceto o panfleto de Lenine, «Os Comunistas e os Camponeses» enquanto existem todas as edições de quase todos os escritores anarquistas. Nesta situação, não é de admirar que o nível da cultura marxista-leninista seja tão baixo.⁷

Explicando a fraca formação ideológica dos seus militantes, os dirigentes do PCP acrescentavam à força histórica do anarquismo fatores sociais e culturais: “a falta de método e espírito prático do povo português, a sua incapacidade para realizar um trabalho persistente e contínuo, a ignorância dos militantes que vêm dum povo onde o número de analfabetos atinge os 70%”.⁸

A historiografia existente tem tomado este tipo de constatações para apresentar o PCP dos anos 1920 como um partido “heterodoxo”, com uma forte carga anarquista. O problema, porém, é que a “heterodoxia” era a norma, e não a exceção, nos primeiros anos da Internacional Comunista (Vatlin e Smith, 2014). Víctor Serge, funcionário da Internacional, descreveu a composição dos seus primeiros congressos:

5 AHS-IC, 6/105/185, Machado à ISV, 17 de abril de 1925.

6 RGASPI, 495/179/1/21, PCP ao Partido Comunista Alemão, 9 de setembro de 1925.

7 AHS-IC, 1/2/20, H. Dupuy, “Rapport sur la situation au Portugal”, 24 de novembro de 1925.

8 AHS, 6/104/184, “Rapport du comité exécutif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

Na verdade, fora da Rússia [...] ainda não havia comunistas no mundo. As velhas escolas revolucionárias, e também a geração jovem saída da guerra, estavam muito longe da mentalidade bolchevique. A maioria desses homens [nos congressos] pertencia a movimentos obsoletos, totalmente ultrapassados pelos acontecimentos.

O bolchevismo anterior a 1917 foi uma corrente revolucionária peculiar, pertencente à extrema-esquerda da social-democracia internacional, mas influenciada também pelo contexto e pela tradição russa, que se caracterizava por uma adesão rigorosa ao marxismo revolucionário, pela hostilidade ao reformismo e ao revisionismo, por um modelo de organização disciplinado e coeso, e pela flexibilidade tática. Era uma síntese única que só se deu na Rússia.

Durante os primeiros congressos da Internacional Comunista, os bolcheviques esforçaram-se principalmente por inculcar o seu programa e os seus métodos nos seus simpatizantes no estrangeiro, muitos deles contagiados pelo “esquerdismo”, ou seja, por uma interpretação extremista, impaciente e intransigente das lições da Revolução Russa, às vezes com influências anarquistas. “Todos nós tínhamos a doença infantil do esquerdismo”, admitiu um delegado norte-americano ao II Congresso da Internacional Comunista, em 1920. “Acreditávamos que nunca se poderia estar demasiado à esquerda: a ideia era estar tão à esquerda que a revolução acabaria por rebentar.”⁹ Outros delegados, porém, inclinavam-se no sentido oposto, sendo criticados pelo seu “oportunismo”. Os bolcheviques “começaram a educar-nos no socialismo científico”.¹⁰

A maioria dos partidos comunistas formados em 1919-1921 viveram conflitos internos, divisões e até cissões. Isto teve que ver com a heterogeneidade ideológica das primeiras gerações de comunistas, mas também, sobretudo, com o facto de que em muitos países os partidos se formaram por via de uma série de ruturas e de reorganizações. Os novos partidos unificados, portanto, englobavam militantes vindos de organizações e tradições diferentes (Studer, 2023).

Portanto, as “deviações” anarquizantes do primeiro lustro de vida do PCP não eram surpreendentes na época. Na vizinha Espanha, os comunistas também arrastaram durante muitos anos tendências “heterodoxas”, para além de inúmeras divisões e polémicas. Humbert-Droz (1971, p. 191), que visitou Espanha antes da sua viagem a Portugal, criticou o PCE por estar “cheio de confusão e preconceitos, com uma fração anarquista”. Não parece ter

9 Rose Library (Emory University, Atlanta), Jaffe Papers, Gomez/Phillips autobiographical transcripts, 2/7/5, tape 12, 6.

10 *Ibid.*

sido muito mais “ortodoxo” do que o PCP. De facto, falando sobre Portugal, Humbert-Droz admitiu:

Acredito que o trabalho do partido será mais fácil [em Portugal] do que em Espanha porque o partido reformista aqui é inexistente e o movimento sindical está unificado. Os militantes também me deixaram uma boa impressão pela sua seriedade e boa vontade; estão ávidos por se educar, por conhecer melhor as nossas doutrinas e o nosso movimento. [Humbert-Droz, 1971, p. 191]

Um outro emissário, Dupuy, que viajou para Portugal em 1925, também concluiu o seu relatório com algumas observações positivas:

O que demonstra a grande penetração do comunismo é que, num país com uma enorme tradição anarquista, exista um partido comunista de 700 membros que, excetuando dois ou três que percebem o francês, não têm lido uma única linha sobre o comunismo.¹¹

Na verdade, houve uma (lenta) evolução marxista nas fileiras do PCP. Dizia-se, sobre o antes mencionado José de Melo, que “ultimamente tem abraçado os princípios comunistas e se afastado daqueles elementos [anarquistas]”.¹²

A PRIMEIRA CRISE E O PRIMEIRO CONGRESSO (1923)

Em novembro de 1922, Caetano de Sousa e Pires Barreira (secretário das Juventudes Comunistas) participaram do IV Congresso da Internacional Comunista, em Moscovo.¹³ Esta experiência impressionou-os profundamente. Após o seu regresso, tentaram “bolchevizar” o partido usando a alavanca das Juventudes Comunistas, mas isto provocou um conflito com o setor mais moderado da organização. Uma conferência comunista a 4 de março de 1923 “promovida pela junta nacional das Juventudes Comunistas, e colaborada por alguns militantes do PCP” escolheu um novo Comité Central e adotou um novo programa.

A historiografia tem tendido a definir o grupo que se formou à volta deste novo Comité Central como “extremista” (Cunha, 1987, p. 161), ecoando as afirmações feitas pelo delegado da Internacional Comunista, Humbert-Droz

11 AHS-IC, 1/2/20, H. Dupuy, “Rapport sur la situation au Portugal”, 24 de novembro de 1925.

12 RGASPI, 495/179/1/21, PCP ao Partido Comunista Alemão, 9 de setembro de 1925.

13 Um tal Rodrigues (seguramente, José Rodrigues), com voto consultivo, também esteve no congresso, enquanto a CGT enviou um delegado, Perfeito de Carvalho.

(1971, p. 170), que os acusou de “confusões vindas da ideologia libertária”. Na verdade, porém, esta nova liderança tentou aplicar a linha da Internacional Comunista, adotando acordos bastante “ortodoxos”. O programa adotado na conferência de março de 1923 advogava a criação de uma frente única defensiva com o resto do movimento operário, nomeadamente os libertários, “mesmo por sobre as cabeças dos chefes anarcossindicalistas”. Dentro da Confederação Geral do Trabalho (CGT) formar-se-iam “núcleos comunistas” para lutar contra “o negativismo anarquista” e preconizar “as grandes demonstrações em substituição das ações isoladas”. Defendia-se a participação nas eleições. Mesmo “não reconhecendo o parlamentarismo [...] o PCP servir-se-á dele como meio de propaganda”. O programa sublinhava a importância da propaganda entre camponeses, mulheres e soldados, com a criação de organizações específicas para estes grupos. Defendia-se “qualquer movimento de emancipação das colônias, pugnando pela expulsão delas de todos os imperialistas”. Significativamente, o programa declarava guerra à esquerda republicana, rompendo “completa e definitivamente com toda e qualquer política reformista ou do radicalismo burguês”. Nos acordos da conferência incluía-se a decisão de “desenvolver uma educação marxista dos militantes”.¹⁴

Este programa, de caráter nitidamente bolchevique, representava um esforço para alinhar ideologicamente o PCP com a Internacional Comunista. O único verdadeiro elemento “heterodoxo” da conferência foi a decisão, promovida pelas Juventudes Comunistas e publicada num anexo confidencial, de criar uma “organização secreta de defesa comunista”, organização que, como assinalou Humbert-Droz, realizaria “um trabalho essencialmente terrorista”.¹⁵

O que aprofundou a crise do partido, e precipitou a intervenção da Internacional Comunista, não foi o conteúdo do programa de Caetano de Sousa, mas os métodos autoritários com que o novo Comité Central o tentou impor. Exigia-se “a aceitação pura e simples, sem quaisquer reservas, do presente documento”.¹⁶ A própria conferência foi convocada furtivamente, às escondidas de grande parte dos militantes. Esta atitude intolerante conduziu à expulsão de um grupo considerável de militantes próximos do pioneiro do movimento sindical alentejano, Carlos Rates, que conformaram uma organização paralela, o que, por sua vez, levou à intervenção “salomónica” da Internacional Comunista.

A Internacional Comunista, através de Humbert-Droz, deu um apoio decisivo ao grupo de Rates. A tentativa de reconciliar os dois grupos durante a primeira viagem do comunista suíço a Portugal em agosto de 1923 não

14 RGASPI, 495/179/2/3, “Conferência portuguesa de Militantes Comunistas”, março de 1923.

15 AHS-IC, 1/1/9, Humbert-Droz à Internacional Comunista Juvenil, 22 de novembro de 1923.

16 RGASPI, 495/179/2/3, “Conferência portuguesa de Militantes Comunistas”, março de 1923.

evitou o acirramento, no outono, da luta faccionária. A crise concluiu-se em novembro com a expulsão de Caetano de Sousa e o afastamento temporário de alguns dos seus colaboradores durante o primeiro congresso do partido, do qual Humbert-Droz também participou. Sousa e um grupo de jovens decidiram “agir isoladamente” seguindo as orientações da conferência de março, mas este grupo não parece ter evoluído muito, com alguns dos seus membros a regressarem ao partido no ano seguinte.¹⁷ A tendência de Rates, porém, não parecia mais “ortodoxa” aos olhos do delegado da Internacional Comunista. “Não tinha ilusões sobre a madureza ideológica da [nova] direção”, lembrava (Humbert-Droz, 1971, p. 169). Rates, porém, matinha ligações estreitas com os sindicatos, opunha-se aos métodos burocráticos de Sousa e tinha nas suas mãos o setor mais equilibrado e sério do partido.

Apesar da deterioração advinda das lutas fracionistas, Humbert-Droz ficou satisfeito com o congresso, deixando uma descrição detalhada dos seus trabalhos e da composição do partido:

Havia 129 delegados no congresso, cerca de um quarto do partido, incluindo uma grande e interessante delegação de trabalhadores agrícolas camponeses do Sul e pequenos camponeses pobres do Norte. Participaram nas discussões, e fiquei impressionado ao ver que apesar da quase absoluta falta de literatura comunista em Portugal [...] eles tinham, na ausência de cultura, um sentido proletário e revolucionário muito promissor [...].¹⁸

A LUTA PELA CGT

Em 1921-1926, a principal missão do PCP foi a luta pela conquista da grande central sindical portuguesa, a CGT, dominada pelos anarquistas. Inicialmente, os libertários em Portugal e noutros países apoiaram a República soviética e até aceitaram conceitos marxistas como a ditadura do proletariado. O setor anarquista mais favorável à Rússia soviética criou o PCP. Na maioria dos países, grupos de anarquistas e sindicalistas revolucionários tornar-se-iam comunistas sob a influência do bolchevismo, como aconteceu, por exemplo, com o grupo de Joaquín Maurín na Confederação Nacional do Trabalho (CNT) de Espanha (Zoffmann, 2023, pp. 168-224).

Ora, a lua de mel entre anarquistas e bolcheviques findou em meados de 1921. Naquela altura começaram a espalhar-se notícias inquietantes sobre a repressão sofrida pelos anarquistas russos, que chegavam ao Ocidente numa

17 AHS-IC, 1/1/11, “Déclaration des Jeunesses Communistes”, 13 de novembro de 1923.

18 AHS-IC, 1/1/7, Humbert-Droz, “Rapport sur le premier congrès et la crise du PCP”, 21 de novembro de 1923.

fase de refluxo e de desmoralização do movimento operário. Neste clima, os anarquistas europeus viraram as costas ao bolchevismo. Esta inimizade crescente foi atizada pela criação, em 1921, de partidos comunistas na maior parte dos países europeus, partidos que rapidamente desafiaram o controlo anarquista dos sindicatos. A rutura entre comunistas e libertários teve um carácter internacional, e os argumentos e opiniões circularam entre países e cristalizaram no antagonismo entre a Internacional Sindical Vermelha (ISV) de Moscovo e a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) de Berlim, controlada pelos anarquistas (Tosstorff, 2016, pp. 446-492).

Em Portugal, os libertários inicialmente não olharam para a fundação do PCP com particular hostilidade. A CGT, dominada pelos anarquistas, até deu as boas-vindas ao partido, que por sua vez manteve durante os primeiros meses relações cordiais com os dirigentes anarcossindicalistas. O facto de muitos fundadores do PCP surgirem do anarquismo aplanou estas relações, de uma maneira que não se deu, por exemplo, em Espanha, onde o Partido Comunista foi criado principalmente por socialistas dissidentes em Madrid, afastados geográfica e politicamente dos dirigentes anarquistas de Barcelona. Porém, esta trégua foi breve. Já no verão de 1921, as relações entre o PCP e os líderes da CGT começaram a azedar.

Vale a pena reproduzir o relatório enviado pelos simpatizantes portugueses da Internacional Sindical Vermelha, no qual resumem a evolução das opiniões dos anarquistas portugueses sobre a Revolução Russa:

Em Portugal, como em todo o mundo, o mesmo fenómeno verificou-se em relação à Revolução Russa, caracterizada pelo grande entusiasmo, pela grande esperança que as massas trabalhadoras sentiam naquele momento. As massas viram na Revolução Russa a libertação final do proletariado mundial [...]. [Mas] em 1921, quando a ofensiva do capital mundial contra a Rússia Soviética foi iniciada, anarquistas e anarcossindicalistas de outros países travaram uma batalha total contra a Revolução Russa [...]. Esta campanha desonesta encontrou facilmente terreno fértil entre os anarcossindicalistas portugueses, que, por sua natureza, são elementos sempre dispostos à difamação e à destruição de todas as coisas.¹⁹

O conflito entre anarquistas e comunistas pelo controlo da CGT levou ao congresso da Covilhã, onde se debateu se a Confederação deveria aderir à ISV de Moscovo ou à AIT de Berlim. O espanhol Joaquim Maurín representou a ISV no encontro. No relatório à ISV descreve-se a luta fracionária na Covilhã:

19 AHS-IC, 6/104/184, "Rapport du Comité Executif des Partisans de l'ISR au 3ème Congrès de l'ISR", 31 de maio de 1924.

Os poucos defensores convictos da Revolução Russa só tinham à sua disposição o pequeno jornal *O Eco do Arsenal* [...], enquanto os anarcossindicalistas tinham o diário *A Batalha* e os anarquistas o órgão *A Comuna*. Assim, devido à quase completa falta de propaganda escrita, os simpatizantes da Revolução Russa não puderam fazer muito, apenas realizando uma propaganda oral. Os trabalhadores hesitaram, especialmente se considerarmos que as massas foram mais ou menos influenciadas pela campanha caluniosa dos anarquistas [...]. Por tudo isto, foi fácil para os anarcossindicalistas tomarem o controlo da organização sindical. [...]. Chegamos assim em setembro de 1922 ao Congresso Nacional dos Trabalhadores, organizado pela CGT, e que decorreu na Covilhã [...]. A comissão [organizadora] desenvolveu teses sobre “Relações Internacionais” nas quais foi solicitada a adesão à isv. As teses foram apresentadas, mas não foram realmente discutidas porque os anarquistas, especialmente os do Norte de Portugal, levantaram imediatamente um alvo-roço infernal. [...] Desta forma, as teses não foram defendidas nem explicadas pelos seus proponentes e pelos demais camaradas influentes que as teriam defendido. Na maior confusão [...] foi aprovada uma moção apresentada por uma minoria de sindicatos, pela qual se solicitava a adesão à Internacional mais alinhada com os princípios sindicalistas revolucionários [...]. Esta internacional, claro, era a AIT de Berlim. As palavras do delegado da isv ao congresso da Covilhã, camarada J. MAURIN, nem sequer foram ouvidas.²⁰

Formalmente, na Covilhã não se tomou um acordo definitivo, mas as decisões do congresso favoreceram a opção de Berlim, decisão sustentada por um referendo atropelado que o PCP não reconheceu.

Os simpatizantes da isv vinculavam o sucesso dos anarquistas à sua “política de regedor de aldeia”.²¹ Os comunistas afirmaram contar com a maioria da classe operária organizada, já que controlavam os sindicatos mais numerosos e dinâmicos, o do Pessoal do Arsenal da Marinha e do Exército e da Cordoaria Nacional, mas a estrutura confederal da CGT favorecia os anarquistas graças ao seu domínio de pequenos sindicatos “artificiais”.²² Certamente, a estrutura confederal da CGT e os métodos agressivos dos anarquistas contribuíram para travar o desenvolvimento da tendência comunista. Até houve ameaças físicas contra os simpatizantes da isv. “Los pistoleros [anarquistas] tienen [sic] por veces manifestado sus propósitos de quitar del medio a sus adversarios de tendencia”, relatava Augusto Machado.²³

Porém, a vitória anarquista deve também enquadrar-se no clima de desmoralização e de refluxo após as grandes lutas do pós-guerra. A CGT tinha

20 *Ibid.*

21 “Questões sindicais”, *A Internacional*, 13 de dezembro de 1923.

22 AHS-IC, 6/107/187, Rates à isv, 12 de outubro de 1924.

23 AHS-IC, 6/111/121, Machado à isv, 20 de dezembro de 1924.

perdido grande parte da sua militância ativa, dizimada pela repressão e pelas derrotas. Tentando compensar a sua fraqueza numérica, parte do movimento mergulhou na luta armada. “Las huelgas, las más de las veces lanzadas sin preparación y sin oportunidad”, escrevia Augusto Machado, “se ha buscado vencerlas por la violencia”.²⁴ Carlos Rates, num relatório para Moscovo, descrevia o declínio do movimento sindical: “A CGT é uma organização em evidente decadência. Em 1920, contava com 120 mil confederados; em 1922, 80 mil; agora, 40 mil. [...] Depois de 1920, quase todas as greves fracassaram.”²⁵ Um operário de Coimbra lamentava, em meados de 1924, que nos sindicatos “parece viver-se no mais recatado deserto de África”.²⁶ Este clima de “lutas longas e cheias de derrotas” polarizou as posições nos sindicatos e favoreceu o conservadorismo ideológico anarquista.²⁷

Em maio de 1923, um grupo de 21 sindicalistas proeminentes afins à ISV assinaram o manifesto *Berlim ou Moscovo?*, que defendia as posições comunistas. Sob a influência de Humbert-Droz, os signatários formaram um comité executivo nacional, dirigido por Augusto Machado, enquadraram os simpatizantes da ISV em Núcleos Sindicalistas Revolucionários (NSR) e publicaram um órgão de imprensa, *A Internacional*, sob a direção de Sá Viana. Imitava-se a estratégia seguida pelos sindicalistas afins à ISV em Espanha, França e Itália. Esta ofensiva conseguiu consolidar o controlo comunista sobre alguns sindicatos importantes, nomeadamente o do Arsenal do Exército e da Marinha e do Comércio, e fortalecer a sua presença minoritária noutros, como os dos metalúrgicos, da construção civil ou dos alfaiates.²⁸

A intervenção na CGT tornou-se no principal âmbito de trabalho dos comunistas em Portugal. A alavanca da corrente sindical do PCP era o jornal *A Internacional*, com uma tiragem inicial de 3000 exemplares. “É inegável”, gabava-se um relatório ao congresso da ISV, “que a influência de *A Internacional* continua a aumentar entre os trabalhadores”.²⁹ Embora o PCP não conseguisse deslocar os anarquistas, conseguiu recrutar novos membros e ampliar a sua influência através dos sindicatos. No início de 1925, afirmava contar com 18 000 simpatizantes na CGT.³⁰ Muitos dos futuros quadros do partido foram ganhos na CGT. Por exemplo, Francisco de Paula Oliveira Júnior iniciou a sua

24 AHS-IC, 6/105/185, Machado à ISV, 17 de abril de 1925.

25 AHS-IC, 6/107/187, Rates à ISV, 12 de outubro de 1924.

26 “Organização sem vida”, *A Internacional*, 9 de agosto de 1924.

27 José Manuel Corvin, “A conquista das massas”, *A Internacional*, 7 de fevereiro de 1925.

28 AHS-IC, 7/164/244, Sá Viana à ISV, 28 de dezembro de 1923.

29 AHS-IC, 6/104/184, “Rapport du Comité Executif des Partisans de l’ISR au 3ème Congrès de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

30 AHS-IC, 1/2/21, Humbert-Droz à comissão de propaganda da IC, 24 de fevereiro de 1925.

vida política no anarquismo, afiliando-se à Juventudes Sindicalistas em 1924, quando tinha 16 anos, mas a propaganda dos comunistas do seu sindicato, o do Arsenal, gradualmente tornou-o num comunista. “Estava subscrito à imprensa da ISV, então legal, e conquistei a confiança dos camaradas do Partido na minha fábrica”, explicava na sua biografia.³¹

Apesar dos modestos sucessos da minoria sindical comunista em Portugal, o trabalho dos simpatizantes da ISV foi alvo de críticas, da Internacional Comunista e, sobretudo, do próprio PCP. Efetivamente, a corrente comunista na CGT era bastante autónoma e muitos dos seus militantes estavam ainda sob a influência do anarquismo. Como admitia Carlos Rates, “existe uma corrente anticomunista entre estes simpatizantes [da ISV]”.³² O problema, porém, não era só ideológico, mas também tinha que ver com a má organização da ISV em Portugal. “A minoria sindical faz o jornal e pouco mais”, queixava-se Rates. “Sá Viana e Machado trabalham bem, mas, a minoria sindical não tem a disciplina do nosso pequeno partido”, criticava Rates, críticas ecoadas pela Internacional Comunista.³³ A direção do PCP, porém, não interveio energicamente devido à falta de recursos e, também, ao desejo de “evitar um conflito com os nossos camaradas” com opiniões anticomunistas.³⁴

As tensões entre o PCP e os simpatizantes da ISV não eram uma peculiaridade portuguesa (Tosstorff, 2016, pp. 446-492). Em Espanha, por exemplo, os militantes da CNT que aderiram a Moscovo tiveram relações muito frias com o PCE. Muitos deles demoraram bastante tempo a abandonar a sua bagagem anarcossindicalista. Um dirigente do partido, Pérez Solís, afirmava sobre os simpatizantes da ISV na CNT que “por su ideología, este grupo era un completo caos”.³⁵

O isolamento dos comunistas nos sindicatos e o acirramento da polémica com os anarquistas, num contexto de refluxo geral do movimento operário português, criou tendências cisionistas em meados de 1925. Alguns simpatizantes da ISV começaram a almejar a saída da CGT e a formação de um movimento sindical autónomo. Como alertava Augusto Machado:

En las clases que están con nosotros, se ha manifestado algunas veces la voluntad de un rompimiento [com a CGT]; no pueden ya tolerar que su cotización sirva para que los anarcosindicalistas y el diario de la organización vomite toda especie de infamias sobre la Rusia

31 AHS-IC, 1/13/88, “Biografia de Francisco de Paula Oliveira Júnior” (sem data).

32 RGASPI, 495/179/21/16, Rates à IC, 25 de dezembro de 1924.

33 *Ibid.*

34 AHS-IC, 6/107/187, Rates à ISV, 12 de outubro de 1924.

35 RGASPI, 495/120/215/95, Pérez Solís, “Para acabar con una crisis indecente”, 1926.

y sus defensores. Tenemos [sic] luchado siempre contra esta manifestación, pero no es de creer que logremos por mucho tiempo obstar a la explosión de un protesto [sic] enérgico, pues la actuación de los anarcosindicalistas se torna cada vez más irritante.³⁶

A isv advogava pela unidade do movimento operário em todos os países. A missão dos comunistas não era cindir os sindicatos, mas conquistá-los. A isv enviou numerosas advertências aos seus partidários em Portugal contra as tentações cisionistas. Por exemplo, em fevereiro de 1925, Andreu Nin, subsecretário da isv, reprendia Machado duramente:

Num momento em que é mais necessário do que nunca preservar a unidade, ou reconstituí-la onde ela esteja quebrada, vocês estão a trilhar um caminho que só pode levar ao fracasso [...]. Estão a dar excelentes armas para os anarcossindicalistas vos representarem como inimigos da unidade.³⁷

Apesar dos apelos da isv à unidade, em junho de 1925 os sindicatos mais próximos dos comunistas, nomeadamente os dos arsenais da Marinha e do Exército e do Comércio, retiraram os seus delegados do conselho geral da CGT e suspenderam o pagamento de cotas. O comité executivo dos partidários da isv e o próprio PCP opunham-se formalmente às cisões, mas não conseguiram conter a pressão dos militantes. Augusto Machado explicava na sua correspondência com Moscovo:

Los insultos y las desconsideraciones hechas hace tanto tiempo por parte de los dirigentes de la CGT han cansado grande [sic] número de camaradas, que no están dispuestos a dar su dinero [sic] para que los anarquistas se paseen por la provincia, sembrando la intriga y las mayores falsedades en contra de aquellos que defienden puntos de vista y tácticas opuestas. [...] Esta es la situación [da cisão], y no ha [sic] más remedio que aceptarla, tomar cualesquiera sanciones contra estes [sic] sindicatos, sería el acto más impolítico de nuestra parte; eso daría fuerza a los anarcosindicalistas y apartaría inmediatamente de nosotros eses dos sindicatos que constitúen [sic] el apoyo más seguro que encuentra nuestra tendencia.³⁸

A isv reagiu furiosamente, considerando “inadmissível” esta decisão sem “que a Internacional fosse consultada previamente”, “a posição que têm adotado é mais cómoda: é a renúncia ao combate”.³⁹ Nin apresentou um plano

36 AHS-IC, 6/111/191, Machado à isv, 20 de dezembro de 1924.

37 AHS-IC, 6/119/199, Nin a Machado, 4 de fevereiro de 1925.

38 AHS-IC, 6/105/185, Machado à isv, 30 de junho de 1925.

39 AHS-IC, 6/121/202, Nin a Machado, 12 de setembro de 1925.

para tentar restabelecer a unidade da CGT, que Machado pareceu aceitar. Contudo, nas vésperas do golpe de Estado os sindicatos comunistas levavam uma vida praticamente autónoma.

UM PARTIDO FRACO

A fase de máxima expansão do partido antes da ditadura foi durante o seu primeiro ano de vida, quando chegou a ter 2000 militantes. Porém, a partir de 1922 verificou-se um declínio inexorável. Na altura do primeiro congresso, o PCP afirmava ter 500 militantes. Ora, já durante as pesquisas de Humbert-Droz veio à tona a discrepância entre os dados oficiais do partido e a sua militância real. Posteriormente, Rates concedeu que aquando do congresso a força real do partido era de 300 militantes, com 180 em Lisboa e 120 nas províncias. Até abril de 1924, cresceu para os 530 membros (380 em Lisboa e 150 no resto do país). Mas em agosto de 1924, Rates admitia o declínio da organização, com apenas 300 militantes em Lisboa e 80 nas províncias.⁴⁰ Dois meses mais tarde, em outubro, e sem dar dados, Rates lamentava: “A situação do PCP é de desespero. Há três meses que não publicamos o nosso jornal. Muitos camaradas abandonaram o partido.”⁴¹ No final do ano, Rates dava uma imagem mais otimista, afirmando contar com 700 aderentes.⁴² Em setembro de 1925, o partido afirmava contar só com 157 militantes (Telo, 1980, vol. 2, p. 128). Os altos e baixos nos relatórios de Rates refletem a instabilidade e a dispersão da organização e a falta de um registo centralizado da militância. Esta fraqueza não era só numérica, mas refletia-se na escassa coesão do partido. A irregularidade da sua imprensa agravava a falta de formação e de compromisso dos seus militantes. A desmoralização e a heterogeneidade do partido traduziam-se em cotas baixas, formalmente de 0,50 francos por mês, mas das quais “o Comité Central não recebe nada, porque são insuficientes para cobrir as necessidades das secções [locais]”.⁴³ Assim, o aparelho central do PCP ficava totalmente dependente dos subsídios da Internacional. Perante este cenário, não é de admirar que a autoridade dos dirigentes do PCP sobre o pequeno partido fosse limitadíssima.

As relações de Rates com a Internacional Comunista eram más. A total dependência do PCP dos subsídios de Moscovo obrigava o seu secretário-geral

40 RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthétique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

41 RGASPI, 495/179/21/45 Rates a Stirner, 3 de outubro de 1924.

42 AHS-IC, 6/110/190, Rates à ISV, 25 de novembro de 1924.

43 RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthétique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

a exigir fundos que chegavam só intermitentemente. Em 1923, Humbert-Droz tinha prometido 1000 francos mensais. Foram realizados alguns pagamentos no final do ano, mas estes foram-se tornando cada vez mais irregulares.⁴⁴ Isso levou o PCP a pedir dinheiro emprestado aos sindicatos.⁴⁵ “Não nos é possível travar a *débauche* do partido”, escrevia Rates em outubro de 1924, porque “não temos recebido neste ano nenhum apoio moral ou material da IC”. “Parece que a Executiva [da Internacional] quer largar-nos deliberadamente.” O Comité Central chegou a ameaçar demitir-se em bloco se os fundos não fossem enviados.⁴⁶ Em novembro, a Internacional Comunista pediu desculpas e enviou 500\$ através do Partido Comunista de França, prometendo regularizar os pagamentos.⁴⁷

Porém, as relações não eram só más, também eram descontínuas. A ligação com a Internacional limitava-se geralmente à correspondência de Rates e de Machado. O PCP não enviou uma delegação a tempo ao v Congresso da Internacional, de 1924 em Moscovo, pelo “abandono do Executivo” da IC (Rates viajou à Rússia, mas chegou após o congresso).⁴⁸ Também não pôde participar das reuniões ampliadas do Comité Executivo da Internacional, para as quais foi convidado, devido “à situação tão especial do Partido”.⁴⁹ O isolamento do PCP tinha que ver com o seu papel periférico, que nunca foi considerado prioritário para a IC, mas também com problemas linguísticos. Os militantes que conheciam o francês eram “ínfimos”, o que dificultava a correspondência e as traduções. Pediram-se materiais em espanhol, “já que a maioria o consegue ler”.⁵⁰ Em dezembro de 1923 reportava-se que não se tinha ainda feito contacto com os comunistas do Brasil.⁵¹

O facto mais notável do PCP não foi a sua “heterodoxia” inicial, mas a lentidão da sua consolidação ideológica. Isto explica-se principalmente pelo seu isolamento internacional. Como admitia Humbert-Droz, “os camaradas [portugueses] têm razão ao se queixarem de estarem esquecidos pelo [comité] executivo [da IC]”.⁵² O vizinho PCE, por exemplo, tinha relações bastante mais estreitas com Moscovo (Bizcarrondo e Elorza, 1999).

44 AHS-IC, 1/2/15, Humbert-Droz à Comissão do Orçamento da IC, 22 de novembro de 1923.

45 *Ibid.*

46 RGASPI, 495/179/21/52, Rates à IC, 4 de outubro de 1924.

47 AHS-IC, 1/2/7, IC ao PCP, 6 de novembro de 1924.

48 AHS-IC, 1/2/44, Christophe (pseudónimo de Humbert-Droz) à IC, 6 de outubro de 1924.

49 RGASPI, 495/179/21/75, Rates à IC, 30 de novembro de 1924.

50 AHS-IC, 6/110/190, Rates à ISV, 25 de novembro de 1924.

51 AHS-IC, 7/164/244, Sá Viana à ISV, 28 de dezembro de 1923.

52 AHS-IC, 1/2/44, Christophe (pseudónimo de Humbert-Droz) à IC, 6 de outubro de 1924.

O PCP E A CRISE DA REPÚBLICA

O jovem movimento operário português passou por diferentes fases de colaboração de classes no início do século xx: colaborou com os republicanos no derrube da monarquia, aliou-se aos sidonistas no golpe de dezembro de 1917 e participou da luta contra os monárquicos em janeiro de 1919. O PCP capturou o difuso sentimento de revolta contra esta política colaboracionista que se espalhou entre um setor da classe trabalhadora, contrapondo-lhe (vagamemente) a independência de classe. Contudo, esta rutura com o passado não foi absoluta.

Já em 1921, os comunistas apoiaram criticamente o golpe republicano de outubro, colocando as palavras de ordem da frente única contra a reação e pelo governo operário e camponês.⁵³ Como explica José António Telo, estas alianças foram sempre seguidas por uma viragem à esquerda. A crise do partido em 1923 revelou tensões sobre a política de alianças do PCP. Como já foi dito, a conferência de março de 1923 atacou duramente a velha política anarquista de colaboração com os republicanos, que tinha penetrado nas fileiras do PCP. Carlos Rates, que se impôs naquela polémica, abandonou a intransigência de Sousa para adotar novamente a tática das frentes únicas com os republicanos de esquerda contra os reacionários. O PCP participou de alguns dos golpes esquerdistas de 1923-1924 e apelou à unidade contra “as direitas”, para depois se virar contra os governos “canhotos”. António José Telo, baseando-se na fragmentária imprensa comunista, afirma que a política de Rates era guiada pelo impressionismo: os comunistas eram empurrados ora para os republicanos, ora contra eles, ao sabor do momento (Telo, 1980, vol. 1, p. 336). Os documentos do PCP confirmam, em linhas gerais, o argumento de Telo.

O ponto de partida da direção do PCP era o auge do fascismo e das ditaduras militares, sobretudo após as vitórias de Mussolini e de Primo de Rivera em Itália e em Espanha. Um dos poucos documentos aprovados no primeiro congresso do partido, em março de 1923, debruçava-se sobre o perigo fascista. As teses afirmavam que “a Europa do pós-guerra defronta o perigo do fascismo”, movimento impulsionado pela “alta burguesia”, mas apoiado pelas “multidões descontentes”. “Todavia”, esclareciam as teses, este mesmo ambiente de descontentamento “também pode favorecer a tomada do poder do proletariado”. Tirava-se a conclusão de que o fortalecimento do PCP e a difusão do seu programa poderiam conquistar as massas, travar o perigo fascista e levar o país à “revolução social”.⁵⁴ As ideias básicas destas teses seriam desenvolvidas nos anos seguintes, numa análise muito interessante sobre o ascenso do fascismo

53 “Contra a reação”, *O Comunista*, 13 de novembro de 1921.

54 RGASPI, 495/179/1/14, “Le gouvernement des ouvriers et paysans”, março de 1923.

em Portugal ao que dedicarei um outro artigo. A constatação da ameaça fascista, porém, complicava a relação dos comunistas com os republicanos que, por sua vez, foram diversificando-se politicamente, com o fortalecimento de uma corrente republicana radical e de esquerdas.

Durante a sua estadia em Lisboa, Humbert-Droz fez algumas observações sobre as conspirações republicanas, que se tornaram na política oficial do partido:

1. O PCP não se deve interessar pela tática dos golpes, mas pelos movimentos de massas.
2. Nos movimentos de massas, o PCP deve esforçar-se por fazer triunfar as suas palavras de ordem, especialmente no que diz respeito ao governo dos operários e camponeses.
3. Seria apropriado introduzir nos complots [republicanos] elementos comunistas de confiança [...] para que [o PCP] possa, se possível, aproveitar e dirigir o movimento.⁵⁵

“Temos seguido as indicações de H. Droz: não participar dos golpes de mãos, mas conquistar as grandes massas”, reafirmava Rates.⁵⁶ Ora, o PCP envolveu-se na intentona radical de dezembro de 1923, dando “a todos os nossos camaradas filiados liberdade de ação”. Porém, Rates rejeitava acerbamente o programa radical e apresentava a implicação do partido como uma tentativa de aproveitar a instabilidade para “preparar o salto para tomar o poder político”.⁵⁷ Nos meses seguintes, o PCP desenvolveu estes argumentos, advogando pela união, tática e circunscrita, com os radicais para travar a direita e aproveitar a divisão dos partidos burgueses para tomar o poder. No início, os comunistas apoiaram tacitamente o governo de Álvaro de Castro.⁵⁸

O PCP justificava da seguinte forma, num panfleto sem data, mas que deve ser do início do ano de 1924, as alianças temporárias com os seus adversários republicanos e anarquistas:

Certamente, entre os nossos aliados de hoje estão os nossos adversários de amanhã. Sempre a História se compusera em patentear estas situações equivocadas. [...] É o perigo comum ou as conveniências do momento que impõem estas alianças. [...] O golpe preparado pelas direitas não visa apenas os comunistas, os sindicalistas ou os

55 RGASPI, 495/179/21/77, Rates à IC, 30 de novembro de 1924.

56 *Ibid.*

57 “A tentativa de 10 de dezembro”, *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923.

58 “Contra a ditadura das direitas”, *O Comunista*, 12 de fevereiro de 1924.

sociais-democratas. Visa também os republicanos da esquerda, cuja ideologia, sob tantos pontos de vista, contradiz a nossa. É natural que o perigo comum nos leve a um esforço comum para aniquilar esse perigo.⁵⁹

Contudo, a lua de mel com Álvaro de Castro durou muito pouco, e o PCP, como a CGT e os republicanos mais à esquerda, logo se impacientaram perante as hesitações do governo e a sua política repressiva. “As injustiças e as violências cometidas têm sido tantas”, denunciava um panfleto do PCP contra as deportações de julho de 1924, “que o povo duvida já com toda a razão das rocambolescas narrativas” dos republicanos.⁶⁰

Um setor do partido foi arrastado pela ofensiva golpista radical em 1924. No verão de 1924, o comunista Carlos d’Araújo apoiou os radicais em vários comícios, “combatendo o CC do seu Partido”, e participou com outros membros do PCP na intentona dos dias 12-13 de agosto.⁶¹ Uma semana mais tarde, vários comunistas, chefiados por Nascimento Cunha, participaram da revolta republicana em Lisboa do dia 28 de agosto de 1924, tentando assaltar o castelo de São Jorge. O Comité Central do partido, “apanhado de surpresa”, criticou Cunha duramente. As suas ações, dizia o PCP, “não têm nada em comum com as diretivas da IC”. Cunha “tem mostrado muita dedicação pelo partido radical, mas nenhuma pelo seu próprio Partido”. Consequentemente, Cunha e D’Araújo foram expulsos do PCP.⁶²

D’Araújo defendeu as suas ações, afirmando que o bloco com os radicais não contradizia a política da Internacional Comunista. Dava os exemplos da “aliança” dos bolcheviques com o presidente do governo provisório, Aleksandr Kerensky, contra a tentativa golpista do general czarista Korniloff de agosto de 1917, e a postura dos comunistas búlgaros perante o líder radical camponês Aleksandr Stamboliyski em 1923. Rates refutava estes argumentos, definindo a colaboração com Kerensky como uma “intervenção accidental” para “combater a reação de Korniloff”. No caso búlgaro, “o CE da Internacional tem censurado o PCB por não ter aproveitado o movimento das massas camponesas”. De facto, o PCB virou as costas a Stamboliyski durante o golpe que o derrubou, adotando uma postura de neutralidade duramente criticada pela IC. A situação em Portugal, dizia Rates, “não é semelhante”.⁶³ Ironicamente,

59 RGASPI, 495/179/3/15, “Contra a ditadura das direitas!” (sem data, seguramente princípios de 1924).

60 RGASPI, 495/179/3/14, “Contra as deportações sem julgamento!” (sem data, seguramente de julho de 1924).

61 RGASPI, 495/179/21/11, Rates à IC, 14 de agosto de 1924.

62 RGASPI, 495/179/21/32, Rates à IC, 3 de setembro de 1924.

63 RGASPI, 495/179/21/11, Rates à IC, 14 de agosto de 1924.

o secretário-geral do PCP tinha utilizado argumentos semelhantes aos de D'Araújo só uns meses atrás. Esta polémica mostra o escasso acompanhamento do PCP por parte da Internacional Comunista, cujas indicações gerais sobre a “frente única” e o “governo operário e camponês” Rates teve de interpretar e aplicar a Portugal. Ora, embora a Internacional mantivesse as suas palavras de ordem sobre a frente única até 1928, a ênfase de Moscovo variou bastante durante estes anos, ao sabor dos acontecimentos na Alemanha, na Bulgária, na China e noutros países. Aplicar a “linha” não era simples, já que essa linha ia mudando (Wolikow, 2010, pp. 57-72).

Embora a direção do PCP rejeitasse a ofensiva golpista republicana do verão de 1924, ela chegou a nutrir algumas ilusões sobre a capacidade dos partidos de esquerda de “desencadear uma revolução social”.⁶⁴ Nas vésperas da formação do governo canhoto de José Domingues dos Santos, em outubro, Rates acreditava que a esquerda republicana iria “nacionalizar os latifúndios, a grande indústria e a indústria alimentar”, o que representaria “o início da revolução social”.⁶⁵ Estas ilusões seriam logo goradas pelos recuos dos republicanos, como já tinha acontecido com o governo de Álvaro de Castro uns meses antes. Com efeito, umas semanas mais tarde, o relatório de Rates tornou-se muito mais sóbrio. “As massas estão cansadas de todos os governos burgueses”, escrevia para Moscovo.⁶⁶ Numa outra carta, Rates admitia que a esquerda democrática e os radicais “traíram a sua propaganda sobre a repartição da terra e as reivindicações dos operários”.⁶⁷ Rates agora denunciava o facto de os anarquistas terem posto a CGT “à disposição do governo de esquerda”.⁶⁸ O PCP “é o único partido que afirma a capacidade do proletariado para fazer a revolução proletária imediata”. “Não há entraves para nos lançarmos à insurreição armada, pela conquista imediata do poder para os operários e os camponeses pobres”, concluía.⁶⁹

Após uma fase extremista no fim de 1924, em 1925 as análises e táticas do PCP adquirem maior serenidade. No início de 1925, sobretudo após a intenção de 18 de abril, o partido tentou envolver a CGT numa aliança contra o golpismo fascista, que, todavia, não se materializou. Pelo contrário, o sectarismo e as divisões nos sindicatos levaram à cisão dos simpatizantes da ISV, como já foi dito. Perante a paralisia da CGT e ameaça do fascismo, começou-se a justificar

64 RGASPI, 495/179/21/40, Rates à IC, 26 de setembro de 1924.

65 RGASPI, 495/179/21/52, Rates à IC, 4 de outubro de 1924.

66 RGASPI, 495/179/21/77, Rates à IC, 30 de novembro de 1924.

67 RGASPI, 495/179/21/78, Rates à IC (sem data, seguramente finais de 1924).

68 RGASPI, 495/179/21/77, Rates à IC, 30 de novembro de 1924.

69 *Ibid.*

uma nova aproximação aos republicanos no outono de 1925. “O PCP juntará os seus esforços aos de outros agrupamentos para inutilizar a ação” das direitas, explicava-se num panfleto em outubro.⁷⁰

Foi assim que o PCP inseriu oito candidatos nas listas da Esquerda Republicana nas eleições de novembro de 1925, sendo que nenhum deles foi eleito. Rates foi criticado pelo fracasso da coligação eleitoral com os republicanos. Após ter aceitado um emprego no jornal *O Século* (propriedade da União dos Interesses Económicos) foi expulso do partido, em fins de 1925.⁷¹ Francisco Rodrigues Loureiro tornar-se-ia secretário-geral interino. Estes episódios quase não são mencionados na correspondência do partido com Moscovo, que a partir do verão de 1925 se tornou extremamente esporádica. Nas vésperas do golpe de 28 de Maio, o PCP, muito dizimado, voltou à sua propaganda antifascista e unitária. Por azar, o II congresso do partido, chamado a reorganizar as suas forças, coincidiu com o golpe de Estado de 28 de Maio.

Em definitivo, é verdade, como assinala Telo, que a relação do PCP com os republicanos de esquerda se caracterizou, em 1923-1926, por um movimento pendular de atração e repulsão. Porém, as alianças da época eram geralmente vistas como circunstanciais, na luta contra o fascismo, e nelas o PCP não renunciava às suas posições e críticas; pelo contrário, procurava usar o combate à direita como alavanca para construir o partido. O pano de fundo das viragens do PCP era a sua fraqueza, que o obrigava a procurar alianças e pontos de apoio quer na CGT, quer entre os republicanos radicais, ou a limitar-se a comentar passivamente os acontecimentos.

CONCLUSÕES

O Partido Comunista Português era, em 1921-1926, fraco e ideologicamente heterogêneo, mas isso não era incomum entre as secções da Internacional Comunista. A paralisia do PCP não pode ser explicada só pelas insuficiências, desvios e heterodoxias da sua ideologia, ou pela incapacidade dos seus dirigentes, ou pela falta de subsídios. Foi sobretudo o contexto geral de refluxo do movimento operário o que travou o crescimento do PCP e gerou um ambiente de desmoralização, cansaço e sectarismo. Este ambiente de desagregação e passividade limitou a capacidade da sua direção para homogeneizar e centralizar o partido.

Esta interpretação choca com as explicações dos dirigentes do PCP e da IC. Eles sempre frisaram que as circunstâncias em Portugal em 1921-1926 eram

70 RGASPI, 495/179/3/12, “Ao proletariado!”, outubro de 1925.

71 “Respondendo a Carlos Rates”, *A Internacional*, 26 de dezembro de 1925.

favoráveis ao desenvolvimento do partido. “Não há nenhum país do mundo onde as condições sejam mais maduras” para o comunismo, frisava Rates.⁷² “O partido é pequeno e novo [...], mas a situação no país é muito favorável”, dizia Humbert-Droz.⁷³ Com efeito, as condições em Portugal eram de profunda crise e instabilidade, e a meados dos anos 1920 presenciaram fases de grande efervescência popular. Dir-se-ia que as condições eram propícias para os comunistas. Porém, a maioria de militantes do partido e os ambientes sindicais onde ele operava estavam fortemente marcados pela depressão do movimento operário após 1920. A própria criação do partido, como já foi dito, foi uma reação ao esgotamento das lutas sindicais do pós-guerra. O nascimento do PCP, portanto, não foi consequência do avanço do movimento operário, mas sim do seu recuo. Isto também não era excecional a nível internacional. A maioria de partidos foram criados após o findar das grandes agitações do pós-guerra. A fundação em janeiro de 1921 do Partido Comunista da Itália, por exemplo, coincidiu com a reviravolta nas condições políticas do país, marcadas pelo refluxo das lutas operárias e pelo avanço do fascismo. Esta mudança desorientou os inexperientes comunistas italianos, saídos de uma fase de grande agitação e incapazes de se adaptarem às novas condições de derrota.

Nos seus primeiros anos de vida, os comunistas portugueses dedicaram grande parte da sua energia às duras polémicas no seio de uma CGT cada vez mais enfraquecida. Em 1922-1924, o partido perdeu o grosso dos seus militantes e atravessou várias crises. A nova fase de radicalização política de 1924-1926 não passou pelo debilitado mundo sindical, como tinha acontecido em 1917-1920, mas, pelo contrário, exprimiu-se na polarização entre “canhotos” e “bonzos”. Esta polarização passou por cima dos comunistas, que reagiram aos surtos de radicalismo republicano ora tentando colaborar com eles, ora virando-lhes as costas. Verificava-se a dificuldade do PCP para intervir nos acontecimentos devido à fraqueza e dispersão das suas forças e para se orientar de forma coerente nos abalos que precederam o golpe do 28 de Maio.

72 AHS-IC, 6/107/187, Rates à ISV, 24 de outubro de 1924.

73 AHS-IC, 1/2/44, Christophe (pseudónimo de Humbert-Droz) à IC, 6 de outubro de 1924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIZCARRONDO, M., ELORZA, A. (1999), *Queridos Camaradas: La Internacional Comunista y España*, Madrid, Planeta.
- CUNHA, A. (2023), *Para Que Serve o PCP? Os Anos da Fundação*, Lisboa, Desassossego.
- CUNHA, C. (1987), *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power: 1921-1986*. Tese de doutoramento, Amherst, University of Massachusetts Amherst.
- HUMBERT-DROZ, J. (1971), *Mémoires de Jules Humbert-Droz*, Neuchâtel, Baconnière.
- MADEIRA, J. (2013), *História do PCP: Das Origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china.
- PEREIRA, J. P. (1971), *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Edição do autor.
- PINA, A. (2018), *A Federação Maximalista Portuguesa e a Sociogénese do Partido Comunista Português*. Dissertação de mestrado, Porto, Universidade do Porto.
- QUINTELA, J. (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- STUDER, B. (2023), *Travellers of the World Revolution: A Global History of the Communist International*, Londres, Verso.
- TELO, A. J. (1980), *Decadência e Queda da 1 República Portuguesa*, vols. 1 e 2, Lisboa, A Regra do Jogo.
- TOSSTORFF, R. (2016), *The Red International of Labour Unions (RILU), 1921-1937*, Leiden, Brill.
- TROTSKY, L. (1921), "A school of revolutionary strategy", disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1924/ffyci-2/01.htm> [consultado em 21-06-2024].
- VATLIN, A., SMITH, S. (2014), "The Comintern". Em S. A. Smith (ed.), *The Oxford Handbook of the History of Communism*, Oxford, Oxford University Press.
- WOLIKOW, S. (2010), *L'Internationale communiste – Le Komintern ou le rêve déchu du parti mondial de la revolution*, Paris, L'Atelier.
- ZOFFMANN RODRIGUEZ, A. 2023. *The Spanish Anarchists and the Russian Revolution*, Londres, Routledge.

Recebido em 5-07-2024. Aceite para publicação em 20-05-2025.

ZOFFMANN RODRÍGUEZ, A. (2025), "Radiografia de um partido quebradiço: os primeiros anos do comunismo em Portugal, 1921-1926". *Análise Social*, 256, LX (3.º), e36609. <https://doi.org/10.31447/36609>.

Arturo Zoffmann Rodríguez » azoffmann@fcs.unl.pt » Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH » Avenida de Berna, 26C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-2557-7848>.
